A EFICÁCIA DA FORMAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS EM DIREITOS HUMANOS E CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE

JOSÉ HENRIQUE RODRIGUES TORRES

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados
Juiz de Direito. Presidente do Tribunal do Júri de Campinas. Especialista Em
Direito das Relações Sociais. Formador de Magistrados e Formador de
Formadores da ENFAM. Professor dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu
do Instituto do Hospital Sirio Libanês e do Curso Terzius

RESUMO: No Brasil, a CF/88 elegeu a dignidade humana e a preeminência dos DDHH como princípios fundamentais. De acordo com a interpretação sistemática-teleológica de seu texto, e considerando a força expansiva dos valores da dignidade humana e dos direitos fundamentais como parâmetros axiológicos, as normas de DDHH são materialmente constitucionais. Como um construído axiológico, a partir de um espaço simbólico de luta e de ação social, os tratados ratificados integram, de modo indivisível e vinculante, o bloco de constitucionalidade do sistema jurídico-normativo brasileiro. O STF, afirmando a sua supra legalidade, conferiu-lhes força inibitória da eficácia das normas com eles conflitantes, asseverando que a CF confiou ao Poder Judiciário a “alta missão” de concretizar os DDHH como uma das mais expressivas funções políticas da atividade jurisdicional. Aos magistrados brasileiros compete aplicar as normas de DDHH e realizar o controle da convencionalidade das leis, declarando-as inválidas diante de eventual antinomia com aquelas. A CIDH afirmou que os juízes internos devem realizar o “controle de convencionalidade”, nos casos concretos em que atuam, considerando, inclusive, a interpretação da Corte. É por isso que a Escola Nacional de Magistrados, ao regulamentar os cursos de formação das escolas sob sua égide, adotou a temática dos DDHH como obrigatória, incluindo “controle de convencionalidade” no conteúdo programático. A partir de 2016, todos os que ingressaram na magistratura realizaram cursos para garantir a concretização dos DDHH. **OBJETIVO.** Investigar se têm sido eficazes esses cursos de formação e se os magistrados estão aplicando as normas de DDHH e realizando o controle difuso de convencionalidade. **METODOLOGIA.** Pesquisa Qualitativa, na modalidade de Estudo de Caso, com enfoque crítico-hermenêutico. Para garantir a necessária abrangência e diversidade, serão analisadas decisões proferidas, a partir de 2016, em Campinas, que tem mais de 1.000.000 de habitantes e mais de 50 magistrados em unidades especializadas diversas. Será examinado o histórico da formação dos prolatos das decisões para verificar se realizaram cursos sobre DDHH e sobre controle de convencionalidade, aferindo-se, assim, a eficácia de eventual formação ou a pressuposta consequência de sua ausência. **HIPÓTESES.** As escolas de magistratura devem aprofundar e expandir a formação dos magistrados com relação à aplicação dos DDHH, pois a deficiência da formação acarreta prejuízo à sua concretização, especialmente, das pessoas mais vulneráveis, reforçando a desigualdade social. **RESULTADOS PARCIAIS E PROJEÇÕES.** Em 2006, uma pesquisa revelou que apenas 2,7% dos magistrados brasileiros haviam lido a CADH e, ainda, que 46,8% jamais haviam lido qualquer tratado sobre DDHH. Pesquisa experimental recente realizada em Campinas revelou: em 2018, foram proferidas 35.236 sentenças; em apenas 30 delas houve menção à expressão “DDHH”; e de nenhuma consta referência a

“controle de convencionalidade”. Serão estudadas as sentenças que abordaram a temática e analisados os históricos da formação dos prolores, para a interpretação histórico-crítica e jurídica de conjunto e de totalidade.

PALAVRAS-CHAVE: FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS; DIREITOS HUMANOS; CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE; ESCOLAS DE MAGISTRATURA.